

TÍTULO II
DA CARREIRA DE AUDITOR DE FINANÇAS DO ESTADO
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 11. A carreira de Auditor de Finanças do Estado será composta pela transformação de 100 (cem) cargos de Agente Fiscal do Tesouro do Estado, criados pela Lei Complementar n.º 10.933, de 15 de janeiro de 1997.

Art. 12 - A carreira de Auditor de Finanças do Estado constitui-se de 100 (cem) cargos de provimento efetivo de nível superior, distribuídos em cinco classes, conforme segue:
I - classe A 20 cargos;
II - classe B 20 cargos;
III - classe C 20 cargos;
IV - classe D 20 cargos;
V - classe E 20 cargos.

§ 1.º No caso de a opção prevista no art. 157 resultar em provimento de cargos excedentes aos previstos nos incisos deste artigo, ficam estes cargos acrescidos na mesma quantidade nas classes "A" a "E", que se extinguirão à medida que vagarem.

§ 2.º **VETADO.**

Art. 13. Compete privativamente ao Auditor de Finanças do Estado a administração financeira e orçamentária do Estado e as demais prerrogativas e atribuições estatuídas nesta Lei Orgânica.

Parágrafo único. Competem privativamente à carreira de que trata o "caput" as funções de assessoramento, chefia e direção do órgão de execução responsável pelas atribuições constantes dos incisos I, II, III, VI, VII, XI, XIX e XXX do art. 2º.

Art. 14. São assegurados ao Auditor de Finanças do Estado os direitos, as garantias, as prerrogativas e as atribuições estabelecidas nesta Lei Orgânica.

Parágrafo único. Aplica-se, subsidiariamente, o Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS

Art. 15. Ao Auditor de Finanças do Estado são assegurados especificamente:
I - garantia de estabilidade após 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo, observado o disposto no art. 47, não podendo ser demitido senão:
a) mediante Processo Administrativo-Disciplinar, em que se lhe assegure ampla defesa;
b) em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
c) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho;
II - garantia de remoção somente motivada com fundamento no interesse do serviço;
III - direito de requerer, representar e reclamar diretamente à autoridade competente, exceto em relação a autoridades de nível hierárquico superior ao do Subsecretário do Tesouro do Estado.

Art. 16. O cônjuge do Auditor de Finanças do Estado, quando servidor estadual, será removido, se o requerer, para a sede da unidade operacional onde este tiver exercício ou lotação.

Parágrafo único. Não havendo condições de exercício no quadro da respectiva repartição, será o cônjuge posto à disposição de outro serviço público estadual local.

Art. 17. O Auditor de Finanças do Estado que tenha sido removido e possua filho matriculado em estabelecimento de ensino estadual de qualquer grau, terá assegurada a matrícula em estabelecimento congênere, na sede da nova unidade operacional em que tiver exercício o Auditor de Finanças do Estado, em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga.

CAPÍTULO III
DOS DIREITOS E PRERROGATIVAS FUNCIONAIS

Art. 18. Ao Auditor de Finanças do Estado, no exercício de seu cargo, são assegurados os seguintes direitos e prerrogativas funcionais:
I - utilizar a carteira de identidade funcional, inclusive na inatividade, expedida pela Secretaria da Fazenda, segundo modelo aprovado em regulamento, com força legal em todo o território do Estado;
II - auxílio ou colaboração das autoridades administrativas e policiais, e seus agentes, sempre que lhes for solicitado;
III - exercer outros encargos ou funções correlatas com a atividade pública, de relevante interesse do Estado, a juízo do Governador do Estado, ouvido o Secretário de Estado da Fazenda;
IV - **VETADO**;
V - **VETADO**.
VI - exercer outras atribuições ou encargos que lhe confira esta Lei Orgânica, inclusive em disposições transitórias, e a legislação pertinente a suas atribuições ou encargos ou em sua decorrência.

Parágrafo único. **VETADO.**

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 19. Compete ao Auditor de Finanças do Estado, entre outras derivadas desta Lei Orgânica ou cometidas por outras leis ou regulamentos, as seguintes atribuições correspondentes:
I - ao exercício exclusivo da administração financeira estadual, compreendendo fundamentalmente:
a) programar e acompanhar a execução orçamentária;
b) planejar, acompanhar e controlar o fluxo financeiro do Estado;
c) programar e controlar a execução do pagamento das despesas públicas;
d) emitir parecer sobre operações de crédito a serem realizadas, bem como sobre concessões de avais pelo Estado;
e) administrar e efetuar estudos sobre a Dívida Pública Estadual, inclusive com emissão de pareceres sobre operações de crédito e organizacional dos respectivos planos de amortização e pagamento de encargos;
f) exercer atividades referentes à implantação, administração e supervisão de sistemas de processamento eletrônico de dados, relacionados com a administração financeira, orçamentária e de avaliação do gasto;
g) exercer ou executar outras atividades ou encargos pertinentes à administração financeira estadual;
h) exercer, inclusive em substituição, cargos ou funções de direção, chefia ou coordenação no Tesouro do Estado;
II - ao exercício privativo das demais funções e atividades de administração financeira estadual, compreendendo fundamentalmente:
a) executar o planejamento, a programação, a supervisão, a coordenação, a orientação e o controle das atividades do Tesouro do Estado;

b) expedir instruções normativas e executar a elaboração de normas jurídicas relativas às atividades do Tesouro do Estado e propor a edição de leis e regulamentos pertinentes;
c) gerenciar, supervisionar e especificar os sistemas de informação do Tesouro do Estado, buscando a completa integração de bancos de dados e sistemas, a unicidade e a guarda das informações, em consonância com a legislação vigente;
d) promover a interpretação de normas que envolvam matéria de natureza econômica e financeira;
e) prestar apoio técnico aos órgãos de defesa judicial do Estado e aos demais órgãos e Poderes, em matéria financeira;
f) preparar as informações a serem prestadas em processos de mandado de segurança impetrado contra autoridades em exercício no Tesouro do Estado;
g) elaborar informações em expedientes e processos administrativos;
h) participar de comissões técnicas e assessorar o Subsecretário do Tesouro do Estado em órgãos colegiados de coordenação financeira interestadual;
i) coordenar o desenvolvimento de sistemas corporativos, buscando a harmonização e integração entre os diversos projetos e compatibilizando esses sistemas com as novas alternativas tecnológicas disponíveis;
j) programar, acompanhar e controlar a arrecadação das receitas oriundas de convênios e repasses da União, no âmbito de sua competência;
l) acompanhar e controlar as metas fiscais do Estado, incluindo as autorizações da execução orçamentária com base nas disponibilidades financeiras do Estado;
m) planejar, gerenciar, programar e movimentar as disponibilidades financeiras do Estado, inclusive por meio do Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC;
n) elaborar estimativas de receita pública, na sua área de competência;
o) elaborar proposta e acompanhar o processo de suplementação orçamentária;
p) proceder ao controle dos créditos orçamentários e adicionais;
q) proceder a estudos para o progressivo aperfeiçoamento do processo, dos padrões e do sistema orçamentário;

r) realizar estudos e pesquisas econômicas em matéria financeira e fiscal;
s) elaborar estudos, proposições e divulgação de medidas para o aperfeiçoamento da legislação financeira e administrativa, na área de sua competência;
t) proceder à análise, o aperfeiçoamento e o controle do pagamento de pessoal do Estado;
u) prestar apoio em matéria organizacional e operacional, objetivando a modernização das áreas administrativa, financeira e orçamentária;
v) requisitar e examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, quando houver processo administrativo instaurado;
x) prestar assessoria aos municípios em matéria orçamentária;
z) exercer ou executar outras atividades ou encargos que lhe sejam determinados pelas legislações financeira e orçamentária ou pelas autoridades competentes;
III - ao exercício das seguintes atividades vinculadas à administração financeira estadual:
a) desempenhar funções docentes, de coordenação ou de direção em cursos de treinamento, aperfeiçoamento, especialização e outras formas de qualificação profissional;
b) exercer, inclusive em substituição, outros cargos ou funções de direção, coordenação ou assessoramento em áreas da Secretaria da Fazenda;
c) exercer ou executar outras atividades ou encargos pertinentes à área administrativa da Secretaria da Fazenda;
d) exercer ou executar outras atividades ou encargos que lhe sejam determinados por lei ou pela autoridade competente;
IV - ao exercício das seguintes atividades vinculadas à correição:
a) fiscalizar as atividades do Tesouro do Estado, bem como de seus agentes, realizando inspeções e correições e sugerindo as medidas necessárias ou recomendáveis para a racionalização e eficiência dos serviços;
b) efetuar com exclusividade os Processos Administrativo-Disciplinares em que sejam indicados os Auditores de Finanças do Estado;
c) requisitar, de qualquer autoridade, certidões, diligências, exames, pareceres técnicos e informações indispensáveis ao bom desempenho de sua função;
d) exercer atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas ou delegadas.
§ 1.º As informações e os esclarecimentos prestados à autoridade administrativa revestir-se-ão de caráter sigiloso, sendo vedada a sua divulgação pelas autoridades a quem forem prestados tais esclarecimentos ou informações.

§ 2.º Para o exercício das atividades previstas na alínea "a" do inciso III, o Auditor de Finanças do Estado fará jus a honorários adicionais, inclusive durante o horário de trabalho, nos limites e condições previstas em regulamento.

CAPÍTULO V
DOS DEVERES

Art. 20. Constituem deveres do Auditor de Finanças do Estado:
I - manter conduta compatível com a dignidade do cargo e da função pública, nos atos de sua vida pública e privada, zelando por sua respeitabilidade pessoal e pelo prestígio da carreira e da instituição em que está integrado;
II - tratar com urbanidade as partes intervenientes, no desempenho de suas atribuições, prestando as informações e a orientação pertinentes;
III - desempenhar com zelo, diligência e presteza as atribuições do cargo, assim como os encargos que lhe forem cometidos, na forma de lei, regulamento e instruções emanadas das autoridades competentes;
IV - zelar pela regularidade e celeridade dos expedientes em que intervenha no exercício de suas atribuições;
V - manter-se atualizado nos conhecimentos profissionais pertinentes ao exercício de seu cargo;
VI - dar ciência ao superior hierárquico imediato, sempre que se afastar da respectiva sede de lotação ou designação;
VII - guardar sigilo sobre fatos ou informações de natureza reservada de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função, ressalvados os casos de requisição de autoridade judicial, no interesse da justiça;
VIII - manter espírito de cooperação e solidariedade com os companheiros de trabalho, dentro dos princípios da ética profissional;
IX - identificar-se funcionalmente sempre que necessário;
X - prestar as informações solicitadas pelos gestores públicos;
XI - relacionar à chefia imediata os processos administrativos, sempre que se afastar do exercício do cargo nas hipóteses autorizadas nesta lei;
XII - atender aos encargos especificados nas disposições transitórias.

Art. 21. Ao Auditor de Finanças do Estado é vedado exercer outra atividade pública ou privada.

§ 1.º Para os efeitos desta Lei Orgânica, considera-se atividade privada proibida aquela:
I - exercida na qualidade de empregado, mandatário ou representante mercantil, profissional liberal, trabalhador autônomo ou similar;
II - decorrente da participação na gerência ou administração de empresa comercial ou industrial, bem como de atividade comercial, industrial, financeira ou de prestação de serviços, exceto como acionista, sócio quotista ou comanditário;